

Práticas Educativas e Identidade/Diferença Negra: pensando em desafios e caminhos multiculturais*

*Educational practices and negro identity/difference:
thinking of challenges and multicultural ways*

Ana Canen**

* Artigo preparado para o II SEMINÁRIO INTERNACIONAL: FRONTEIRAS ÉTNICO-CULTURAIS E FRONTEIRAS DA EXCLUSÃO: *Práticas educativas num contexto intercultural* – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 19 de setembro de 2006.

** PhD em Educação, University of Glasgow. Profa. Departamento de Fundamentos da Educação/FE/UFRJ. Pesquisadora do CNPq.
e-mail: acanen@globo.com

Resumo

O presente artigo discute formas pelas quais a valorização da identidade/diferença negra poderia refletir-se em políticas e práticas do cotidiano escolar. Argumento que o conhecimento sobre a complexidade do debate que envolve a construção da identidade negra a partir de categorias como raça, etnia e mestiçagem, poderia ser enriquecido com a incorporação de dimensões propostas por uma perspectiva multicultural. Em um primeiro momento, o texto analisa tais categorias. Em um segundo momento, aponta perspectivas possíveis de trabalho pedagógico-curricular que valorizem a identidade negra e construam perspectivas multiculturais também com outras identidades marginalizadas e estereotipadas. Conclui sugerindo que o trabalho pela afirmação da identidade/diferença negra é emblemático para a educação com a pluralidade identitária e para o desafio a preconceitos e estereótipos contra aqueles percebidos como "diferentes".

Palavras chave

Multiculturalismo; identidade/diferença negra; práticas pedagógicas.

Abstract

The present paper discusses ways by which the valuing of black identity/difference could be translated into policies and practices in everyday schooling. It argues that the complexity of the debate that builds on categories such as race, ethnicity and mixing could be enriched by the incorporation of multicultural dimensions. Firstly, the paper analyses such categories. Secondly, it suggests possible perspectives for pedagogically working out curriculum that values black identity and that builds on multicultural approaches so as to deal with other stereotyped and marginalised identities. It concludes suggesting that the work for the affirmation of the black identity/difference should be emblematic for the education towards identity plurality and the challenging of prejudices and stereotypes against those perceived as "different".

Key words

Multiculturalism; black identity/difference; pedagogical practices.

Introdução

A conscientização acerca da pluralidade cultural, incluindo a diversidade étnico-racial e a necessidade de se promover uma educação voltada à sua valorização e ao desafio a estereótipos e preconceitos tem sido trazida à tona em meio a discussões voltadas à inclusão educacional, à garantia de equidade de tratamento a todas as identidades e à democratização do ensino. No entanto, para além da idéia geral acima citada, formas de se concretizar uma educação multicultural e uma representação das identidades de gênero, raça, classe social, padrões religiosos e outras no contexto educacional são objeto de controvérsias e desafios. No caso do Brasil, a identidade negra apresenta especial relevância, considerando-se o contexto em que a diáspora negra ocorreu, fruto da escravidão, bem como considerando todos os desdobramentos dela decorrentes, incluindo práticas que negam o preconceito ao mesmo tempo em que o perpetuam, nos campos econômico, social, simbólico e cultural.

Como trabalhar com a identidade negra em práticas educativas transformadoras? Como definir tal identidade em um contexto mestiçado e desigual como o Brasil? Em que medida o pensamento multicultural poderia avançar nesse propósito? Que caminhos para práticas educativas transformadoras poderiam contribuir para um trabalho positivo com a identidade negra?

Essas são algumas das questões que norteiam o presente artigo. Em um primeiro momento, discuto a identidade negra a

partir de contribuições do debate sobre raça e etnia, delineando potenciais e desafios do olhar multicultural nessa questão. Em um segundo momento, aponto perspectivas possíveis de trabalho pedagógico-curricular que valorizem a identidade negra e constroam perspectivas para o trabalho multicultural também com outras identidades marginalizadas e estereotipadas, no horizonte de uma educação para a pluralidade cultural, para a diversidade e para a vida. Sugiro que a incorporação de dimensões multiculturais pode avançar nesse horizonte, propondo: a resignificação da identidade a partir das histórias de vida dos sujeitos; a imbricação das categorias raciais e étnicas a outros marcadores, que se hibridizam e produzem as identidades e as representações sobre as mesmas, elas próprias, plurais; o trabalho educacional a partir da confluência entre as identidades individuais, coletivas e institucionais concretas, de modo a promover a valorização da diversidade e o desafio a preconceitos e estereótipos. Concluo, apontando que a luta por afirmação da identidade/diferença negra é emblemática para o trabalho com a pluralidade identitária e para o desafio a preconceitos e rompimento com estereótipos relativos aos percebidos como “diferentes”.

Identidade Negra: desafios da análise teórica

A questão da identidade negra tem sido colocada como emblemática para a compreensão da dualidade identidade/diferença no contexto das discussões educacionais atuais, com relação à identidade

negra. Entretanto, alguns desafios têm sido apontados, quando se pensa em marcadores de identidade que poderiam defini-la. Tais desafios ocorrem quando se tem em vista a incorporação de políticas e práticas educativas de valorização do negro, de reparação de injustiças sem, no entanto, recair em essencialismos, em congelamentos raciais ou em uma homogeneização dessa própria identidade, que pouco contribuem para a eliminação do preconceito e para a valorização da pluralidade.

Um primeiro desafio refere-se aos marcadores de raça e etnia como constituintes da identidade em pauta. Munanga (2004), por exemplo, argumenta que o conceito de raça, surgido no contexto da botânica e da zoologia, no séc. XV, historicamente passou a designar o "outro" recém-descoberto, como Ameríndios, negros e outras identidades, classificando aqueles seres humanos percebidos como "diferentes", noção esta, como argumenta o referido autor que, do ponto de vista químico e genético, não mais se sustenta para caracterizar a diversidade humana. Isso porque resultados de pesquisas nessas áreas indicam serem indivíduos de uma mesma raça muitas vezes mais distantes entre si do que aqueles que pertencem a "raças diferentes", tornando, portanto, o próprio conceito de raça, inoperante. Entretanto, se o conceito racial para a classificação dos seres humanos é frágil, a perspectiva de hierarquização nele embutida tem permanecido no imaginário e na representação do coletivo populacional, para o qual ainda existiriam raças imaginárias ou fictícias baseadas nas diferenças fenotípicas ou aspectos físicos,

legitimando-se a exclusão e a marginalização e tornando a categoria "raça social" forte na análise da construção da identidade negra, segundo Munanga (2004).

No que tange à categoria etnia – compreendida por D'Adesky (2001) como referindo-se a identidades que compartilham padrões culturais, históricos e geográficos comuns, bem como um sentimento de pertença a algum espaço ou terra de origem – estaria deslocando o eixo da identidade negra de uma perspectiva física, biológica para outra de cunho histórico-cultural, sendo apontada por alguns como a melhor via para se conceber a construção de identidades coletivas. Nessa perspectiva, o reconhecimento do passado africano, das culturas aí presentes e da história comum seria um dispositivo mais apropriado para designar a identidade negra. É importante observar, no entanto, que Munanga (2004) apresenta reservas com relação à perspectiva étnica, apontando que o racismo, enquanto tal, não desaparece com esse olhar: ao contrário, se reconfigura, já que passa a ser construído com base nas diferenças culturais e identitárias.

Se o desafio da construção racial/étnica gera controvérsias, um outro foco de discussões refere-se à identidade mestiça, dentro da análise dessa construção. Há, por um lado, a defesa da incorporação da categoria identidade mestiça como pertinente à discussão, reconduzindo o olhar para a perspectiva fenotípica, ainda que admitindo a questão étnica da matriz africana como presente nas discussões. Tal argumento, dentro do contexto de um país mestiçado como o Brasil, reforça a importância do

reconhecimento dos diferentes matizes de identificação presentes na questão da identidade/diferença negra, contidos, por exemplo, em termos auto-definidores, utilizados por muitos sujeitos ao serem indagados sobre sua "raça", termos estes que incluem, mulato, pardo, mestiço, dentre outros. Entretanto, a discussão que se instala é a de que tal perspectiva, muito ligada à celebração folclórica, por exemplo, de nossas "mulatas" e a uma visão "idealizada" de uma "pseudo-democracia racial", estaria ocultando o fato de que a presença da mestiçagem brasileira estaria historicamente ligada a tentativas violentas de embranquecimento da população. Nesse tipo de crítica, a valorização de uma identidade denominada de mestiça enfraqueceria a luta contra o racismo, uma vez que, ao celebrar algo que visava à extinção da identidade negra, estar-se-ia contribuindo para o ocultamento do próprio preconceito contra essa identidade. Entretanto, em uma outra perspectiva, a categoria mestiça parece impor-se em um país como o nosso, ainda que suas origens no contexto do processo de embranquecimento populacional devam ser explicitadas.

É importante observar que tais desafios conceituais não são apenas contemplativos ou se restringem ao meio acadêmico. As discussões sobre a identidade negra acima, brevemente expostas, têm consequências em medidas políticas e educacionais voltadas à sua valorização, bem como a impasses e desafios delas decorrentes. Dentre algumas dessas medidas, a implantação de cotas para negros no ingresso às universidades públicas tem gerado debates

acalorados. No que se refere ao enfoque específico de nosso artigo, é importante salientar que não é nosso objeto a discussão da pertinência de políticas focalizadas ou diferencialistas (como a referente a cotas) e de políticas tidas como universalistas (referentes, por exemplo, ao que tem se apresentado como o direito universal ao ingresso no ensino superior pelo critério do mérito, sem distinção de identidades). O que se apresenta, no foco do presente trabalho, são questões ligadas à identidade negra como construção, que incidem diretamente nas formas pelas quais tais políticas têm sido adotadas, em que medida se articulam à complexidade da identidade/diferença negra e que identidades se beneficiariam das mesmas.

Assim, o que poderia ser considerado "ser negro" no Brasil, tendo em vista políticas diferencialistas, como a de cotas? A auto-declaração seria suficiente? Como fica a categoria mestiça dentro do olhar de tais políticas? Seria a auto-declaração de mestiços, dos mais diferentes matizes, como negros, uma perspectiva de identidade negra que reforça a questão da anulação da categoria mestiça e de real valorização da identidade negra? Ou, ao contrário, seria o aproveitamento de uma medida de reparação histórica, embutida na política de cotas, por grupos que normalmente não sofrem preconceitos? Dentro dessa discussão, a medida adotada pela Universidade de Brasília de instituir um "painel" de juizes para definir, a partir de fotografias de candidatos, a identidade negra – medida esta louvada por uns e criticada por outros – seria uma solução? Ou, ao contrário, estaria

apoiando-se na essencialização fenotípica de "raça", cujas conseqüências na Segunda Guerra Mundial são por todos sabidas e cuja inoperância, do ponto de vista biológico, acima referido no presente artigo, já é de conhecimento geral?

Da mesma forma, a Lei 10639/03 e a Resolução 1/2004 do CNE, que instituem o ensino da História da África, poderia ser vista como a valorização da identidade negra em termos étnicos, culturais, de matriz africana, em detrimento da categoria raça social, percebida como mais incisiva no combate ao preconceito? O deslocamento para a questão étnica em detrimento do recorte racial seria benéfico para a luta pela afirmação positiva da identidade negra? Seria tal política um mero deslocamento de categorias definidoras da identidade negra, ou, ao contrário, representaria um passo para sua construção e reconstrução no cotidiano educacional?

Tais questões indicam que já avançamos em debates sobre a identidade negra e em políticas cujo mérito maior, além de seus desdobramentos, é o de trazer identidades marginalizadas historicamente para o foco das medidas a serem adotadas de modo a se conceber uma sociedade mais justa, igualitária e valorizadora da diversidade cultural. É importante salientar a importância do debate trazido por tais medidas e a centralidade da questão da identidade negra como emblemática para a discussão de outras identidades coletivas marginalizadas.

Argumento, nas próximas seções, que o olhar multicultural, em uma perspectiva pós-colonial (CANEN & OLIVEIRA, 2002;

CANEN, 2003) pode avançar na análise das questões acima, evitando dicotomias e buscando captar os processos complexos, híbridos, sempre transitórios e contingentes da formação das identidades, que devem ser levados em conta na discussão da construção da identidade/diferença negra em políticas públicas e no cotidiano escolar.

Contribuições do Multiculturalismo: deslocando a questão e pensando em políticas e práticas...

Conforme discutido anteriormente, a questão da identidade negra tem sido desafiada pela análise crítica de categorias normalmente definidoras da mesma, destacando-se as relativas à raça, etnia e à mestiçagem. Apontou-se que tais categorias, consideradas centrais nos debates, têm resultado não apenas em impasses, mas também em possibilidades rumo ao trabalho de revalorização da pluralidade cultural. Entretanto, para além das categorias acima, uma reconfiguração do debate da construção da identidade/diferença negra poderia, em termos conceituais e operacionais, avançar em outras ponderações que superassem binarismos e simplificações dessa construção em termos de categorias estanques, de modo a captar o dinamismo da construção identitária e trabalhar, de forma positiva, não só em medidas de acesso como de permanência dessa identidade no contexto educacional, em um ambiente valorizador da diversidade e desafiador de preconceitos.

Nesse sentido, tenho proposto que o multiculturalismo, como corpo teórico que busca respostas à diversidade cultural e ao desafio a preconceitos, pode oferecer subsídios para a análise de conceitos, políticas e práticas ressignificadoras e valorizadoras da identidade negra. Tais subsídios decorrem, diretamente, do fato de que, para o multiculturalismo, a identidade – considerada como categoria central – é entendida não como essência, mas como construção e reconstrução cotidiana, social e histórica.

Pensar dessa forma implica levar-se em conta que raça, etnia e outros marcadores, ainda que presentes, devem ser: a) ressignificados nas histórias de vida dos sujeitos, sempre plurais, transitórias e contingentes; b) pensados como interligados entre si e a outros marcadores, que se hibridizam e produzem as identidades, elas próprias, plurais; c) analisados na confluência entre as identidades individuais, coletivas e institucionais (CANEN & CANEN, 2005).

Argumento que ao abraçar essas três dimensões centrais, conforme tenho proposto, a partir de resultados de pesquisas, evita-se cair em ciladas que podem congelar a identidade negra em termos de caracteres fenotípicos, como cor de pele, por exemplo, ou mesmo em termos étnicos, exclusivamente ligados à matriz cultural africana.

O primeiro aspecto – a ressignificação do ser negro nas histórias de vida e nos espaços sociais e institucionais por onde os sujeitos transitam, fica clara no trabalho por nós desenvolvido (ASSIS & CANEN, 2004). No referido trabalho, depoimentos revelavam percepções ligadas à própria identi-

dade negra formadas nos movimentos sociais, no convívio familiar, na comunidade, nos meios de comunicação e outros, que trouxeram o sentimento de pertença à identidade negra de sujeitos não só negros como, inclusive, mestiços e até aqueles percebidos como brancos, que contavam histórias de mestiçagem familiar, conjugal e de identificação com a luta e a cultura/etnia negra. Embora não tivesse surgido no referido estudo, o caso de mestiços que não se consideram negros, como recentemente trazido à mídia por um famoso jogador de futebol, traz a questão da construção e reconstrução da identidade negra como indo além dos marcadores de raça e etnia, estando vinculada a percepções imbricadas nas histórias de vida dos sujeitos.

Tal visão leva, no seu segundo aspecto, à observação da hibridização de marcadores identitários, como, por exemplo, a imbricação de classe social, gênero, religião, raça e etnia, na auto-percepção e na percepção de outros sobre a pertença identitária dos sujeitos a essa identidade negra. Esse aspecto implica reconhecer-se as diferenças dentro das diferenças, como, por exemplo, aquelas referentes à mulher negra e o homem negro, ou a um homem negro de classe social favorecida e de um homem negro pobre, de uma mulher negra evangélica e de outra católica, de um homem negro homossexual e de uma mulher negra heterossexual e assim por diante. Os sentimentos de pertença de tais identidades podem ser divididos nas lutas por representação e têm conseqüências não apenas nas formas pelas quais políticas afirmativas e focalizadas, como as cotas, podem ser

pensadas, como também no trabalho no cotidiano educacional na luta contra o preconceito. O foco de políticas que essencializam a identidade negra em termos de fenótipo racial, biológico poderá estar desconsiderando as nuances das identidades mestiças que se auto percebem como negras, por um lado, bem como deixando de considerar o marcador classe social para definir carência material, que atinge negros, brancos e mestiços. O movimento de Vestibular para Negros e Carentes, de grande alcance social, depara-se com tais desafios até mesmo na concepção do nome: seriam negros e carentes duas condições identitárias associadas para ter acesso ao curso, ou o foco seria para negros e para todos os outros (brancos e mestiços) que também são carentes?

Uma outra consequência dessa perspectiva de análise é a de que políticas de acesso devem, necessariamente, ser acompanhadas de medidas que garantam a efetiva inclusão econômica, social e cultural das identidades negras. Ao se considerar a hibridização de tais fatores, fica claro que um ambiente em que não seja promovida a valorização da diversidade cultural, racial e étnica ou que não sejam fornecidas condições materiais e de apoio pedagógico às identidades em pauta pouco irá contribuir para a permanência, com sucesso, das mesmas. É interessante observar que Munanga (2004) aponta, justamente, o pluralismo como um caminho fértil para se pensar essa identidade, considerando-se as diferenças regionais e de sociedades de origem dos diversos grupos contidos na identidade negra em discussão.

Em uma segunda análise, é interessante citar o trabalho de Carvalho (2005) que observa, a partir dos dados de sua pesquisa, que professores classificavam racialmente as crianças de acordo com seu desempenho escolar, comportamento e percepção de *background* econômico e social. Assim, no estudo, eram percebidas como negras, pelas professoras, as crianças com desajustes de comportamento, baixo rendimento escolar, além da posição econômico-social. No caso de tais marcadores serem positivos, como, por exemplo, o "bom aluno", a percepção era alterada, ainda que tal aluno tivesse, em termos fenotípicos e de auto-reconhecimento, as mesmas características das crianças consideradas, pelas professoras, como negras.

O círculo vicioso do fracasso escolar se reinventava, dessa forma, já que, como alerta Carvalho (2005), o fato de o desempenho escolar ter sido desigual entre brancos e negros tinha relação direta com a classificação das crianças pelas professoras, classificação esta que estava apoiada na hibridização de fatores comportamentais, sociais, econômicos e de rendimento acadêmico que, quando "negativos", configuravam a idéia preconceituosa associada ao "ser negro".

Essa observação leva, diretamente, à necessidade de práticas educativas que trabalhem com a identidade negra no contexto escolar. A Lei acima referida é um passo inicial, mas certamente os níveis de trabalho com esse conteúdo não deve restringir-se a práticas educativas que se limitem a apontar os aspectos ritualísticos e folclóricos da cultura afro, mas sim ampliar em atividades

críticas e dinâmicas que questionem a origem histórica da desigualdade, promovendo atividades que desafiem o preconceito contra a identidade negra. Tal perspectiva deveria estar presente, principalmente, em espaços de formação inicial e continuada de professores, assegurando-se, também, a visão multicultural que assegure a valorização da pluralidade cultural e o desafio a preconceitos contra todas as identidades, no projeto político-pedagógico da escola e nas práticas cotidianas.

A terceira observação, referente aos níveis individual, coletivo e institucional das identidades, refere-se à perspectiva que temos sugerido com relação ao refinamento da categoria identidade no multiculturalismo: o primeiro nível, individual, refere-se à identidade específica do sujeito; o segundo, denominado de identidade coletiva, refere-se ao sentimento de pertença das identidades individuais a grupos identitários, a partir de marcadores-mestres, que podem ser de raça, etnia, gênero, cultura, crenças religiosas, opção sexual e outros. Esse nível opera uma essencialização identitária em detrimento da hibridização que caracteriza a construção das identidades. Entretanto, defende-se tal essencialização como uma fase momentânea, em que um dos marcadores identitários é percebido como sendo alvo de ações preconceituosas e estereotipadas, merecendo a conjugação de esforços na luta pelo combate a tais ações. Um terceiro nível seria o da identidade institucional (CANEN & CANEN, 2005), denominada em função do clima institucional em que os sujeitos circulam, que configuram relações de poder e práticas institucionais que,

em uma perspectiva multicultural, deveriam favorecer um *etos* de organização multicultural, aberta à pluralidade e às diferenças. Nesse clima, a diversidade é celebrada, em uma atmosfera de confiança mútua e respeito às diferenças, desafiando-se quaisquer práticas que busquem o pensamento único nas instituições e organizações. Mais uma vez observa-se a importância de se considerar espaços de formação inicial e continuada de professores, bem como espaços concretos da escola, da universidade e de outras organizações na criação de uma identidade institucional multicultural, que se revela nas salas de aula, nas reuniões de corpo docente, na gestão e nos outros aspectos inerentes às instituições.

Práticas educativas que valorizam a identidade/diferença negra podem ser realizadas em quaisquer níveis e idades, bem como nas mais diversas áreas curriculares, como ilustram Canen & Oliveira (2002), que abordam a prática educacional de uma professora de Ciências que aliava seus conteúdos a uma perspectiva anti-racista e Valente (2005), que discorre sobre delineamento de prática educativa anti-racista na educação básica. O esforço em se trabalhar na valorização de todas as identidades culturais nesses espaços passa, assim, pelo olhar ampliado sobre sua construção e reconstrução que, ainda que se beneficie das análises sobre marcadores específicos como raça e etnia, não podem deixar de considerar as hibridizações e os diversos níveis, individual, histórico, coletivo e institucional que contribuem para a ressignificação identitária, cujas conseqüências no imaginário, nas representações sociais e nas políticas e

práticas educacionais são altamente impactantes no cotidiano educacional.

Conclusões

A questão da identidade/diferença negra, a partir do olhar multicultural, é emblemática da luta pelo fim do preconceito e pela valorização da diversidade cultural nos espaços políticos, sociais e educacionais. Argumentamos, no presente artigo, que as polêmicas em torno dos marcadores que constituem a identidade negra – sejam raça, etnia ou a questão da mestiçagem – são importantes para se pensar em políticas e práticas educativas que atendam aos ideais multiculturais e efetivamente contribuam para corrigir injustiças e valorizem os potenciais de todos nesses espaços.

Argumentamos, também, que práticas educativas e de formação docente que não levem em conta a necessidade de se trabalhar com as percepções, as representações e o imaginário estereotipado e preconceituoso sobre a construção das identidades plurais, dificilmente terão impacto positivo no cotidiano educacional, ainda que políticas públicas possam trabalhar no sentido de preconizar perspectivas valorizadoras da diversidade. Sugerimos que a articulação de trabalho com identidades individuais, considerando-se a hibridização de marcadores como classe social, gênero, opção sexual,

padrões religiosos e outros, bem como com identidades coletivas e com o contexto concreto institucional onde se dão as práticas educacionais – denominado por nós de identidade institucional – pode ser mais eficiente do que um trabalho limitado a qualquer um desses níveis identitários.

A partir da análise realizada, consideramos que o trabalho no cotidiano escolar com as disciplinas e áreas do conhecimento de forma inter e transdisciplinar, em torno de temáticas ligadas à pluralidade cultural e ao desafio aos preconceitos pode ser um atalho importante para a valorização da identidade negra. Ao mesmo tempo, a formação inicial e continuada de professores que busque o diálogo com suas teorias implícitas e seus saberes de modo a desconstruir estereótipos e fomentar a visualização da construção positiva da identidade negra, sempre híbrida e fruto da conjugação de marcadores individuais, coletivos e institucionais, é a chave para o sucesso de políticas e práticas educativas valorizadoras dessa identidade.

O debate é importante, repleto de desafios, avanços e recuos, mas não pode jamais ser abandonado. Outras identidades que sofrem preconceitos em função da hierarquização e do congelamento identitário têm muito a esperar de tal debate, emblemático da luta de identidades coletivas pelo respeito e pelo direito às diferenças.

Referências

- ASSIS, M. D. P. de & CANEN, A. Identidade Negra e Espaço Institucional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. *Cadernos de Pesquisa*, v.34, n.123, p. 709-724, 2004.
- CANEN, A. Refletindo sobre Identidade Negra e Currículo nas Escolas Brasileiras: contribuições do multiculturalismo. *Série-Estudos*, Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, p. 49-58, 2003.
- CANEN, A. & OLIVEIRA, A. M. A. de. Multiculturalismo e Currículo em Ação: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Educação*, n.21, p. 61-74, 2002.
- CANEN, A. G. & CANEN, A. *Organizações Multiculturais*. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2005.
- CARVALHO, M. Quem é Negro, Quem é Branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. *Revista Brasileira de Educação*, n.28, p. 77-95, 2005.
- D' ADESKY, J. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2001.
- MUNANGA, K. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. *Cadernos PENESB* (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira), n.5, p. 15-34, 2004.
- VALENTE, A. L. Ação Afirmativa, Relações Raciais e Educação Básica. *Revista Brasileira de Educação*, n.28, p. 62-76, 2005.

Recebido em 17 de agosto de 2006.

Aprovado para publicação em 30 de agosto de 2006.